

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luis Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Fonce de Leon e Jádila Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamante, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (presidente)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Faria
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (finanças, planejamento e novas negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Estatat fisiológica

Uso político da Codevasf é parte de um arranjo com o Congresso que não será superado com bravatas

No papel, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) é uma estatal federal. Entretanto ela não é uma empresa que gere receitas para bancar seu custo e seus investimentos, o que fica a cargo do bolso do contribuinte. A falta de recursos próprios não impede a Codevasf de fazer projetos e atividades, graças aos interesses do mundo político. No projeto original de Orçamento para 2023, a estatal contava com dois destinos — para os padrões brasileiros — R\$ 874 milhões; ao final do ano, os gastos autorizados chegaram a R\$ 3,5 bilhões.

A multiplicação no início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) repetiu o que já ocorreu sob Jair Bolsonaro (PL). As dotações orçamentárias da empresa para 2022 saltaram de R\$ 959 milhões propostos para R\$ 3,3 bilhões.

Levantamento da Folha mostra que no ano passado as licitações da Codevasf para obras e aquisições somaram R\$ 3,1 bilhões, pouco abaixo dos R\$ 3,5 bilhões, em valores corrigidos, de 2021 (em 2022, foram R\$ 3,8 bilhões). Há, pois, de semelhanças garantidas no futuro.

A pujança se deve ao empreendimento político-eleitoral de parlamentares e dirigentes que usam a companhia — na prática, uma repartição do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional — para direcionar verbas federais a seus redutos locais.

Em contraste com o desenvolvimento prometido nos nomes das parcerias, os recursos são pulverizados em iniciativas de prioridade e qualidade duvidosas, sem nem mencionar os casos de inassu sob suspeita. Exemplo quase caricatural é o do asfalto que se esfarelava em cidades nordestinas, que ganhou o noticiário.

Esse arranjo disfuncional está entre os sustentáculos do entendimento mínimo entre o cenário, a massa amorfa de partidos fisiológicos dominante no Congresso, e o Palácio do Planalto — não importando a seu ocupante.

Lula e outros petistas que atacaram a falta das emendas parlamentares durante a campanha eleitoral não tardaram a aderir ao modelo depois de vitoriosos.

Inexiste saída fácil e rápida para esse presidencialismo brasileiro de múltiplos partidos, no qual o Executivo perdeu poderes sobre o Orçamento para o Legislativo. Ajustes do sistema político, como a correta cláusula de desempenho para reduzir o número de legendas, são apenas parte do caminho.

Há que cobrar critério, transparência e prestação de contas das emendas parlamentares. Expor os desmandos é um começo.

Indústria do concurso

Certame nacional unificado traz avanços, mas há distorções mais graves a serem enfrentadas

Por permitir acesso a salários acima da média do mercado e estabilidade quase absoluta no emprego, os concursos públicos atraem atenção desproporcional no país, a ponto de reunirem atividades econômicas, políticas e jurídicas em torno de si.

Cursos preparatórios para as provas e professores especializados se espalharam pelas maiores cidades, candidatos não selecionados acionam advogados em busca da vaga na Justiça; aprovados fazem lobby nos três Poderes para serem contratados em tempo hábil.

No mais das vezes, o processo atende ao interesse não do serviço público, mas dos assim chamados concursários — termo cuja vulgarização também revela o propósito dos certames se destina.

A seleção tende a favorecer candidatos que dispõem de tempo e dinheiro para se preparar, em geral nas metrópoles. Os exames, que privilegiam questões objetivas, pouco ou nada aferem experiência e vocação. Grande parte dos admitidos segue disputando postos ainda mais vantajosos.

Nesse contexto, há avanços no recém-instituído Concurso Público Nacional Unificado, apelidado de "Enem dos concursos". De mais importante: possibilita-se que interessados participem em 226 cidades de todas as unidades da Federação, com taxa de inscrição mais barata e mais opções de aproveitamento dos selecionados.

Outros aperfeiçoamentos estão em debate, como projeto já aprovado pela Câmara e em tramitação no Senado que estabelece regras nacionais para reduzir a judicialização. Especialistas defendem certames em mais etapas, incluindo análise de currículo e entrevista — o que, para outros, eleva riscos de favorecimentos pessoais.

Fato é que há distorções mais profundas a enfrentar, a começar pela ausência de diagnósticos transparentes sobre as reais necessidades de pessoal nos órgãos dos três níveis de governo. Sem isso, concursos são suspensos ou acelerados conforme preferências dos governantes e pressões dos servidores.

Hoje exagerados, ao menos na administração federal, os salários iniciais das carreiras deveriam ser reduzidos de modo a desencorajar a rotatividade. O alcance desmesurado da estabilidade no emprego para reduzir o número de pedidos para promover demissões em massa, mais especialmente para desmatar a inflexibilidade.

O concurso é instrumento precioso para a profissionalização do serviço público e merece ser valorizado. Não pode ser encarcerado, como meio de ingresso em uma casta privilegiada.



Arroubos retóricos

Hélio Schwartzman

Ja torci publicamente pela morte de um ex-presidente, mas nunca o chamei de genocida. É preciso, sim, admitir, mas procuro sempre utilizar termos politicamente corretos da forma mais precisa possível.

A gestão da pandemia sob Bolsonaro foi desastrosa, causando um excesso de mortes na casa das dezenas de milhares. Penso que o ex-mandatário deveria ser responsabilizado por isso. Acho difícil, contudo, provar que ele tivesse a intenção de destruir, no todo ou em parte, o grupo nacional dos brasileiros, e é o que justificaria a imputação de genocídio. Melhor chamá-lo de homicida serial por negligência.

Algo parecido pode ser dito dos ataques a Gaza. Parece-me claro que Israel incide em crimes de guerra e talvez também em crimes contra a humanidade. O caso do genocídio é mais complicado. É um tipo penal ruim mesmo. Ele exige um dolo ultraespecífico que é muito difícil de provar.

Nesse contexto, creio que o Itamaraty pisou na bola ao apoiar a ação

sul-africana no Tribunal de Haia que acusa Israel de genocídio. O caso é juridicamente controverso e vai contra as tradições da diplomacia brasileira. Houve claramente uma queda de Lula aí.

Minha impressão é que, depois que revolução saiu do horizonte do possível, a esquerda deslocou sua radicalidade para o plano discursivo. Genocídio e golpe se tornaram palavras de ordem. Não é o rigor que sai ganhando. Se o impeachment de Dilma foi tecnicamente um golpe, como querem petistas, então nós temos um problema. É que o processo no Senado que a destituiu foi presidido por Ricardo Lewandowski. Se ele deixou passar um erro tão grave, então Lula acabou de pôr no Ministério da Justiça um analfabeta jurídico.

PS: Discurso de grande parte das ideias de Bruno Altmann e da forma hiperbólica como ele as expõe. Isso não nos impede de ter uma relação muito cordial. Penso que suas teses devem ser refutadas pela argumentação, nunca pela censura.

brun@outlook.com

O balé de Bolsonaro e Valdemar

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro é um político que gosta de lavar roupa suja em público. Quando Tarcísio de Freitas apareceu numa fotografia ao lado de Fernando Haddad, o ex-presidente reclamou das "escorregadeiras" do alado. Agora, ele afirmou que Valdemar Costa Neto poderia implodir seu partido, o PL, por dizer que Lula tem prestígio e popularidade.

Bolsonaro não vai romper com Tarcísio nem trocar de legenda. O ex-presidente simula crises desse tipo para usá-las como mecanismo de disciplina em seu grupo político.

Fundado no antipetismo, o bolsonarismo trata como problema qualquer exibição de civildade entre seus líderes e um governo de esquerda. Pela lógica, ficaria difícil sustentar o discurso de que o PT é um inimigo terrível e um perigo para o país quando figuras da direita contratem com medalhões rivais.

Para forçar uma distância, Bolsonaro recorre ao constrangimento. O ex-presidente ajuda a disseminar denúncias de traição por entender que, em momentos de aperto, os po-

líticos de seu campo se sentem obrigados a fazer declarações de fidelidade e buscar proteção sob suas asas. A ameaça funciona no caso de Valdemar porque, quando falou em implodir, o ex-presidente sugeriu que ele e dezenas de parlamentares poderiam deixar o PL, marchando em poder da sigla. O presidente do partido entendeu: procurou Bolsonaro para pedir desculpas pelos comentários sobre Lula e fez circular a informação de que seria mais discreto.

O balé de Bolsonaro cobra de aliados e de aliados a uma plataforma incompatível com uma política pragmática. Um governador depende de uma relação amistosa com o Planalto, e um presidente de partido precisa da máquina federal para saciar seu apetite. Bolsonaro prefere que Valdemar faça seus negócios em silêncio.

O balé é acidentado, mas os dois continuam a continuar o dançando. Em 2028, Bolsonaro se referiu a Valdemar como "corrupto e condenado". Três anos depois, estava filiado ao PL. Hoje, o partido paga os advogados e o salário do ex-presidente.

BBB é puro suco de Brasil

Mariliz Pereira Jorge

Não, não tenho assistido ao BBB, mas estou tentada. Ainda mais no começo, quando os filtros não foram ativados, os discursos não estão moderados. O resultado, pelo que li nas redes, é puro suco de Brasil. Arrisco o palpite de que se acompanharmos o programa de perto não teríamos levado um susto chamado Jair Bolsonaro.

Talvez nem o IBGE seja capaz de encantar tantas questões. Fica óbvio que o país é muito mais BBB do que a revista TPM. Chega a ser conveniente o espanto dos espectadores ao darem de cara em horário nobre com machismo, racismo, homofobia, etarismo. Nem a HBO tem um programa melhor. É um cliffhanger (suspense) atrás do outro. Quem é o próximo a desabar (ter saber) as agras (as agras) do BBB?

Tem a novidade que normaliza traço masculina por considerá-lo um "vício". Otusado do pagode para quem a modelo de 35 anos está velha. Homens que tratam mulher como peça de circo. Gíria homofóbica, camarada

gay racista, bullying, capacitismo, objetificação, macho com autoestima elevada. E o Brasil que não leu o manual "as palavras machucam", que só passa pela Vila Madalena dirigindo Uber, que não faz a menor ideia do que é discutido nas universidades, nas propagandas de Dove, que nunca ouviu falar em letramento racial. Longe de mim diminuir a importância de todas as lutas de minorias, pelo contrário, sou uma das que levantam as bandeiras por mais igualdade. Mas o que o BBB mostra é que os debates e efeitos esperados são etaristas, ainda estão confinados dentro dos muros da academia, nas páginas da jornal no Twitter, nos botecos de Botafogo.

Pela tela da TV percebemos um desfile de corpos (sem saber) as agras (as agras) do BBB mostra é o alicerce fundamental para que o gênero, de etnia, de sexualidade e de geracional se mantenham tido. E só assistir ao BBB para entender por que surgem Bolsonaro.

Evangelismo político

Deidre McCloskey

Economista, a professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escrivã de quatro

Não preciso dizer que muitos brasileiros estão se afastando do catolicismo em que nasceram e se aproximando do cristianismo "evangélico". Uma corrente parecida acontece na Ásia e na África.

Os evangélicos enfatizam que as palavras originais de Jesus são suficientes. Basta o chamado ao altar, aceitar Jesus como seu salvador pessoal. Uma vez, a história da igreja não importa. A teologia não importa. A hierarquia da igreja não importa. Voltar ao básico. Prezar a cruz.

A palavra "evangélico" vem do grego "boas novas, boamenagem", sendo a mensagem de bondade de Jesus Cristo anunciada nos evangélicos. Em inglês, a palavra para esses primeiros quatro livros do testamento cristão é "gospel", inglês antigo para, mais uma vez, as "boas novas" trazidas pelos mensageiros, os anjos.

A afirmação dos ateus de que o iluminismo tornou os humanos mais seculares, menos religiosos, está errada. O ser humano precisa de uma religião que responda à pergunta "e daí?"

A resposta pode ser tão incoerente quanto o culto ao São Paulo Futebol Clube ou tão incoerente, em geral, quanto o culto à genialidade ou à arte. Ou pode ser ainda detestável, como uma adoração agressiva da nação ou da raça branca.

Da mesma forma, a adoração a Deus, também não preciso dizer, pode ser desagradável ou desagradável. Sou anglicana, o que garante que é muito bom. Em 1912, os portugueses permitiram o estabelecimento da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Recomendando que você experimente, na catedral da rua Comendador Elias Zarzur, 1.299, no Alto da Boa Vista (Rio de Janeiro). Teste seu inglês aos domingos às 10h.

Mas também não preciso dizer que qualquer religião pode se tornar desagradável. Veja as famosas fotografias da Primeira Guerra Mundial de padres das igrejas Anglicana, Luterana, Católica Romana e Ortodoxa Russa abençoando os soldados de seus países para assassinarem os outros.

O evangelismo nos Estados Unidos foi sequestrado por políticos muito desagradáveis, como o nacionalismo branco, que teme um apocalipse no qual os americanos de origem europeia serão "substituídos" por, bem, Os Outros.

O novo livro "Losing Our Religion" [Perdendo nossa religião], de Russell Moore, um evangélico batista e editor-chefe da revista "Christianity Today", prova que a maldade do mundo é o ateísmo e o antirreligioso. No entanto, Trump é fortemente apoiado pelos evangélicos dos Estados Unidos, assim como os evangélicos brasileiros apoiaram Jair Bolsonaro, comitente batizado no Jordão enquanto as câmeras o filmavam.

Crisis? Não, não há crise! Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves